



## ALERTA FEMINISTA!

Está na pauta, em regime de urgência (sem passar pelas comissões, portanto) o PL 5435/2020, que “dispõe sobre o Estatuto da Gestante”, de autoria do senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). O Projeto está na pauta do Plenário no Senado aguardando o relatório da senadora Simone Tebet (MDB/MS). Foi aprovado como prioridade do **março das mulheres**.

No primeiro parágrafo o autor inclui uma alteração na Constituição, ao considerar o direito à vida desde a concepção, o que retrocederia no direito ao aborto nos casos já previstos em lei. Além disso retoma questões fundamentais do Estatuto do Nascituro, como a bolsa-estupro. Como tem origem no Senado, se for aprovado o projeto ainda vai para a discussão na Câmara.

As mulheres brasileiras estão, mais uma vez, sob risco de perder os direitos conquistados em relação ao aborto. Mas, mais uma vez, resistiremos. A Frente Nacional pela descriminalização das mulheres e legalização do aborto lançou alerta nacional. Os movimentos vão para as redes pressionar pela retirada do projeto da pauta. E se possível, sua rejeição completa. 

Na Câmara, o risco é a perspectiva de aumento de punição de crimes de feminicídio. Como estamos noticiando desde o início dessa legislatura, é uma tendência nessa área, tentando suprir a falta das políticas públicas. Como se uma punição maior resolvesse o problema.

Temos visto **tentativas de intimidação também contra aquelas que se colocam em defesa dos direitos das mulheres**. A deputada Chris Tonietto (PSL/RJ) apresentou o requerimento 252/2021, dirigido à Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, solicitando informações a respeito da destinação de verbas públicas para a organização não-governamental “Anis – Instituto de Bioética”. O deputado Diego Garcia (Podemos/PR) já tinha apresentado três requerimentos neste mesmo sentido, dirigidos aos ministros da Saúde, da Educação e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Nem parece que o Congresso Nacional é um poder instituído no país mais afetado pela Pandemia. Já são quase 300 mil mortes e mais de 12 milhões de pessoas infectadas. E o caos na saúde segue, sem insumos básicos. A última do presidente Bolsonaro foi acionar o STF para proibir que os estados paralitem atividades na tentativa de diminuir a contaminação e desafogar as UTIs, já sem vagas ou trabalhando no limite, em todo o país.

Em vez de cuidar da saúde da população, o governo se preocupa em intimidar aqueles e aquelas que responsabilizam o Presidente e sua equipe pela situação de descontrole da pandemia e pelas milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas se tivéssemos um enfrentamento da crise sanitária que levasse em conta as evidências científicas e articulasse as políticas em todo o país.

A crise econômica, por sua vez, se aprofunda com o governo aproveitando o momento para “passar a boiada”. Colocou uma série de condicionantes que retiram direitos para a aprovação de uma nova rodada de auxílio emergencial de apenas R\$ 250,00 por família e por apenas quatro meses ([MP 1.039/2021](#)).

## **PROPOSTAS APROVADAS** NO CONGRESSO NACIONAL

### Reconstrução mamária em pacientes que sofreram mutilação decorrente de câncer

[PL 2113/2019](#) (PL 7720/2017), de autoria da deputada Laura Carneiro (MDB/RJ), que dispõe sobre cirurgia plástica de reconstrução mamária em pacientes que sofreram mutilação de mama decorrente de tratamento de câncer, teve aprovado o parecer do relator, senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo. Como sofreu modificação, o projeto retorna à Câmara dos Deputados.

## EM PAUTA NA SEMANA

Na Câmara Federal, projetos que noticiamos nas últimas três semanas ainda estão na pauta, com mais chances de serem votados:

- [PL 5043/2020](#) - Teste do pezinho ampliado, do deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS) e outros;
- [PL 598/2019](#) - Inclui na LDB conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, de autoria do senador Plínio Valério (PSDB-AM);
- [PL 1568/2019](#) - Aumento da pena mínima do crime de feminicídio, da deputada Rose Modesto (PSDB-MS). A relatora é a deputada Celina Leão (PP-DF).

Sobre esse último, o [projeto 1568/2019](#), o [Consórcio da Lei Maria da Penha](#) elaborou uma [nota crítica](#). Para as especialistas, o projeto, além do rigor penal que impõe, é inconstitucional, por violar o princípio da individualização da pena, conforme jurisprudência do STF. 

É lamentável que na atual situação do país, o Congresso Nacional se proponha debater temas de interesse do feminismo sem um debate amplo com a sociedade e a proposição de condições efetivas para o enfrentamento à violência.

No Senado, o destaque é o Estatuto da Gestante – [PLS 5435/2020](#) já citado.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## NO CONGRESSO NACIONAL

### Educação moral e cívica

O [PL 911/2021](#), apresentado pela deputada Daniela do Zaguiho (MDB/RJ), que ressuscita a “educação moral e cívica” para incluí-la entre os temas transversais nos currículos escolares e prevê a produção e distribuição de material didático adequado ao tema.

### Esterilização mais permissiva para pessoas em extrema vulnerabilidade?

[PL 986/2021](#), de autoria da deputada Shéridan (PSDB/RR), permite a esterilização voluntária a partir de dezoito anos e para pessoas em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica.

### Mais uma deputada que duvida da palavra da mulher

A deputada Major Fabiana (PSL/RJ), apresentou o Requerimento [477/2021](#), solicitando a coautoria do [PL 232/2021](#), de autoria da deputada Carla Zambelli, que torna obrigatória a apresentação de Boletim de Ocorrência com exame de corpo de delito positivo que ateste a veracidade do estupro, para realização de aborto decorrente de violência sexual.

### Mais um dia, será que resolve?

[PL 2706/2019](#), de autoria da senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), institui o Dia Nacional de Luta contra a Violência Doméstica e Familiar.

### Proposta estabelece diretrizes para a vacinação de gestantes

[PL 936/2021](#), de autoria do deputado Marcelo Ramos (PL/AM), estabelece diretrizes para a vacinação de gestantes, puérperas e lactantes contra a COVID-19.

### Melhores condições de trabalho para deputadas mães de crianças pequenas

[PRC 21/2021](#), de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), estabelece condições de trabalho especiais para a deputada no início da maternidade.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

## Troca-troca de relatorias: uma pode beneficiar as mulheres, outras não

A boa notícia é que a deputada Chris Tonietto (PSL/DF) não integra mais a CCJC deixando, portanto a relatoria da PEC 164/2012, de autoria do deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), que “estabelece a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”.

Em compensação, o deputado Diego Garcia (PODE/PR) assumiu a relatoria do PL 6567/2013, de autoria do senador Gim Argello (PTB/DF), que trata do parto humanizado no SUS; e a deputada Caroline de Toni (PSL-SC), assumiu a relatoria do PL 4754/2016, de autoria do deputado Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ), que torna crime o STF usurpar a competência do Poder Legislativo e impede o STF de decidir sobre direitos individuais.

## Direito à remoção e afastamento para tratamento como medida protetiva

PL 3475/2019, de autoria do senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), altera a Lei Maria da Penha, para incluir no rol de medidas protetivas à mulher em situação de violência doméstica e familiar, quando se tratar de servidora pública, a remoção e o afastamento remunerado para tratamento psicossocial ou de saúde.

## E mais propostas para aumento de penas, é a solução?

PL 860/2021, de autoria do senador Jorginho Mello (PL/), altera o Código Penal para aumentar a pena do crime de feminicídio.

## Delegacias da Mulher abertas sempre, pois a violência não tem hora

PL 781/2020, de autoria do senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## NO CONGRESSO NACIONAL

### Ações afirmativas para mais mulheres na política

PL 888/2021, de autoria da deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP), tenta incluir os gastos com atividades de cuidado nas despesas de campanha. Na justificativa defende “que os gastos com cuidado sejam incluídos nas despesas de campanha como ação afirmativa que impulse a participação feminina e reverta o atual quadro de mães que cuidam de alguém e que tem sua participação na disputa eleitoral dificultada pela ausência de apoio material público para exercerem com plenitude suas campanhas”. Para isso o projeto altera a Lei das Eleições e a Lei dos Partidos Políticos, para dispor sobre a aplicação de recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Partidário para promoção de candidaturas.

Já o PL 978/2021, de autoria da deputada Carla Dickson (PROS/RN), tenta autorizar que despesas administrativas, contratação de pessoal, gastos com reuniões, eventos e alimentação, entre outras, possam ser usadas na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. Para isso, o projeto altera a redação do Artigo 44 da Lei dos partidos políticos para autorizar.

### Prevenção da violência como tema transversal nos currículos escolares

PL 912/2021, de autoria da deputada Daniela do Waguinho (MDB/RJ), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir nos currículos escolares, a prevenção de todas as formas de violência contra a mulher entre os temas transversais.

### Assédio no ambiente de trabalho

PL 896/2021, de autoria da deputada Policial Katia Sastre (PL/SP), altera o Código Penal e o Código Penal Militar, **dispondo sobre o crime de assédio moral**. A proposta, para além do reconhecimento do assédio como “crime contra a liberdade pessoal”, sugere sua inclusão nos “crimes contra a organização do trabalho”, pelos abusos em geral, mesmo aqueles não atentatórios à dignidade, mas que prejudicam o ambiente de trabalho pela exposição, constrangimento ou sobrecarga de atividades.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## NO CONGRESSO NACIONAL

### Senador apresenta **bloco de propostas** no Dia Internacional da Mulher

O senador Fabiano Contarato (REDE/ES) apresentou cinco propostas:

- [PL 787/2021](#), para vedar o período de carência para concessão do auxílio-doença em caso de gestação de alto risco;
- [PL 789/2021](#), para dispor sobre o direito à estabilidade gravídica às trabalhadoras temporárias;
- [PL 790/2021](#), para aumentar o período de concessão obrigatória do intervalo para amamentação;
- [PL 791/2021](#), para prever, em caso de interrupção da gravidez, que a empregada terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, mediante atestado médico oficial, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento;
- e, [PL 792/2021](#), para promover o direito à não discriminação da mulher trabalhadora em razão da maternidade e propiciar a distribuição igualitária do trabalho não remunerado entre mulheres e homens.

### Propostas aprovadas na Câmara iniciam tramitação no Senado

- [PL 2442/2020](#), dispõe sobre a extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal e sobre o acesso facilitado a cuidados intensivos e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI);
- [PL 5096/2020](#), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer);
- e [PL 6298/2019](#), institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

## Não discriminação e distribuição igualitária do trabalho entre mulheres e homens

PL 792/2021, de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES), altera a legislação para promover o direito à não discriminação da mulher trabalhadora em razão da maternidade e propiciar a distribuição igualitária do trabalho não remunerado entre mulheres e homens. E PL 852/2021, de autoria da deputada Jéssica Sales (MDB/AC), dispõe sobre o acréscimo, na Consolidação das Leis, de mecanismos legais para o combate à discriminação salarial por sexo ou raça.

## Auxílio em dobro para mulheres chefe de família

PL 793/2021, de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI), dispõe sobre a concessão em dobro as mulheres chefes de família ou mães solteiras do auxílio emergencial ou outro programa de transferência de renda do Governo Federal destinado enfrentar a pandemia da COVID-19 e dá outras providências.

## Mais um projeto pra sustar o grupo de trabalho sobre a PNDH

PDL 112/2021, de autoria do senador Humberto Costa (PT/PE), susta os efeitos da Portaria nº 457, de 10 de fevereiro de 2021, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/Gabinete da Ministra que “Institui Grupo de Trabalho para realização de Análise Ex Ante da Política Nacional de Direitos Humanos”.

## Propostas discutem a violência política contra mulheres e contra as mulheres negras

REQ 399/2021, de autoria da deputada Áurea Carolina (PSOL/MG), requer a adição de coautoria ao PL 5295/2020, de autoria da deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), que cria mecanismos de enfrentamento ao assédio e à violência política contra mulheres candidatas e no exercício da vida política; e REQ 1/2021, de autoria da deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), requer a realização de audiência pública para debater a Violência Política contra mulheres negras.

# VALE A PENA CONFERIR!



## Bate-papo Feminista

CFEMEA e Instituto Marielle Franco: Bate-papo feminista da resistência: violência política contra as mulheres



## Justificando

Direito ao aborto: Uma conquista das mulheres



## Brasil de Fato

Parlamentares se articulam para proteger direitos das mulheres de onda conservadora



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.